

# Filipinas em São Paulo: migração de mulheres e trabalho doméstico no Sul global

*Ester G. Martins*

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, buscamos compreender o fenômeno da migração de mulheres filipinas que se inserem como trabalhadoras domésticas na cidade de São Paulo. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica relativa ao contexto filipino de emigração, às migrações femininas e ao trabalho de cuidados. Além disso, fizemos trabalho de campo em local de reunião de algumas imigrantes em São Paulo, onde desempenhamos observação não-participante e obtivemos contatos para entrevistas semiestruturadas com seis interlocutoras<sup>1</sup>.

Entendemos que o trabalho doméstico é uma espécie de trabalho de cuidados, na medida em que é essencial para a sustentabilidade da própria vida – tanto física quanto social. “A pergunta chave é quem sustenta a vida e como?” (MOLINIER e LEGARRETA, 2016, p. 5). Tradicionalmente, são as mulheres que desempenham trabalhos de cuidados, mas essa atribuição social não afeta a todas as mulheres da mesma maneira. Mulheres de nacionalidade filipina – conhecidas mundialmente como as cuidadoras e trabalhadoras domésticas ideais – passaram a executar este trabalho em São Paulo, conectando o Brasil a outros contextos e atualizando discursos em relação à atividade.

Buscamos, assim, articular a globalização da força de trabalho feminina para provisão dos cuidados com as experiências de imigrantes filipinas em São Paulo. Cada uma delas é um sujeito social, cuja história é tão individual quanto coletiva. Elas conferem sentidos para suas ações, habitam normas e estruturas sociais de diferentes maneiras, ao passo em que ocupam objetivamente posições no campo social, o que lhes confere determinados recursos e oportunidades.

A fim de desvelar um pouco das relações sociais que constituem o complexo fenômeno da imigração de filipinas para São Paulo e sua inserção no trabalho doméstico remunerado, propomos tratar, na Parte 2, das migrações femininas a partir das Filipinas. Na Parte 3, trataremos de algumas questões relativas ao trabalho doméstico remunerado, buscando entender como um novo grupo de mulheres se integra a desigualdades históricas da sociedade brasileira, a partir do elemento da racialização. Por fim, na Parte 4, apresentamos nosso trabalho de campo e alguns achados empíricos, articulando trajetórias individuais de nossas interlocutoras com o mundo social.

## 2 AS FILIPINAS E AS MIGRAÇÕES FEMININAS

As Filipinas são um país reconhecido pela exportação de força de trabalho, havendo programas de capacitação e incentivo para trabalhadoras/es emigrarem de maneira regular e enviarem suas remessas (TYNER, 2009; GUEVARRA, 2010, 2014; RODRÍGUEZ, 2008; PARREÑAS, 2008, 2015). Desde a década de 1970, o governo filipino tem buscado soluções para o endividamento externo, culminando na criação do *Philippine Overseas Employment Administration* (POEA) em 1982. Além da função de promover, regular e monitorar o emprego de filipinos no estrangeiro, o órgão passou a ser responsável também por licenciar e monitorar agências privadas de intermediação e recrutamento, desenvolver novos mercados de trabalho, aprimorar e testar as habilidades dos trabalhadores (GUEVARRA, 2010).

De acordo com estimativas da *Commission on Filipinos Overseas* (CFO), ligada à Presidência da República das Filipinas, há cerca de 10,2 milhões de filipinas e filipinos fora de seu país de origem<sup>2</sup>, dos quais 2,2 milhões são *Overseas Filipino Workers* (OFW)<sup>3</sup>. Em 2019, os OFW se distribuíam espacialmente em: Ásia ocidental (51,4%)<sup>4</sup>, Ásia oriental (21,7%)<sup>5</sup>, América do Norte e América do Sul (8,1%), Sudeste Asiático e centro-sul da Ásia (8%)<sup>6</sup>, Europa (7,7%), Austrália (2%), África (1%) (PSA, 2020). As mulheres representavam 56% do total de OFW (1,23 milhão) e se inseriam primordialmente em “ocupações elementares” (*elementary occupations*) (62,5%), seguidas de serviços e vendas (*service and sales workers*) (17,7%) (PSA, 2020).

Em 2019, as remessas (contabilizadas) dos OFW chegaram à soma de US\$ 30 bilhões (BSP, 2020), o que representa cerca de 10% do PIB nacional. Historicamente, vem crescendo a diferença entre os montantes enviados por mulheres e por homens e, na atualidade, as imigrantes enviam aproximadamente dois terços do valor enviado pelos homens (PSA, 2020). Além disso, as remessas de OFW (homens e mulheres) provêm majoritariamente da Ásia ocidental (45,9%), Ásia oriental (20,2%) e Europa (13,1%) (PSA, 2020).

De 2005 a 2016, o número de novos contratos no exterior para serviços domésticos<sup>7</sup> cresceu de 85 mil para 275 mil (POEA, 2005-2016). No mesmo período, a quantidade de novos contratos no exterior em geral<sup>8</sup> subiu de 290 mil para 582 mil (POEA, 2005-2016). Assim, é possível constatar que a ocupação cresceu mais do que o número geral de novos contratos nas últimas décadas e, de acordo com Guevarra (2014), isso se deve ao projeto de racialização de filipinas como uma força de trabalho melhor que de outras nacionalidades do Sul global, como heroínas econômicas da nação e super-trabalhadoras.

Assim, atores institucionais buscam inscrever uma identidade particular nos corpos de pessoas originárias das Filipinas, especialmente de mulheres filipinas quanto ao trabalho doméstico e de cuidados: elas são representadas como sendo obedientes, trabalhadoras dedicadas, escolarizadas, flexíveis, dóceis, a “Mercedes-Benz das trabalhadoras domésticas”, alguém que pode atuar como empregada e como tutora de inglês (“dois-pelo-preço-de-um”)

(GUEVARRA, 2014). Ademais, há treinamentos e programas de certificação no país para qualificação dessa força de trabalho a ser exportada. Tais programas são bastante contraditórios, inclusive, pois objetivam “empoderar” trabalhadoras com conhecimentos, mas acabam responsabilizando-as por sua própria sorte no mercado de trabalho global (GUEVARRA, 2010; DEBONEVILLE, 2014).

A história de colonização do país teve como foco a exportação de mercadorias (TYNER, 2009). Atualmente, o país se utiliza da exportação de força de trabalho como oportunidade para se colocar no mercado global e obter renda. A colonização estadunidense, especificamente, teve um impacto significativo no contexto social filipino, especialmente na organização do sistema educacional e no uso da língua inglesa, que é mobilizado no presente como uma das vantagens comparativas de se contratar filipinas para o trabalho doméstico (GUEVARRA 2010).

Ademais, Parreñas (2015 [2001]) vem apontando que as relações de gênero possuem um papel importante como causa escondida da emigração de mulheres. Há desigualdades de gênero que constroem mulheres filipinas a uma situação de insegurança econômica, e então a migração laboral aparece como uma alternativa desejável (senão a única possível). Há, também, uma construção ideológica de feminilidade ligada à domesticidade (PARREÑAS, 2008).

As Filipinas se tornaram um importante ator na economia global de cuidados. A promoção governamental para exportação de força de trabalho e as propagandas das vantagens comparativas do país racializam as trabalhadoras e reificam o cuidado que estas provêm. Mas, diferentemente do que a literatura costumava considerar (EHRENREICH e HOCHSCHILD, 2002), não se tratam de fluxos com origem no Sul em direção ao Norte global majoritariamente. Em 2019, 91% das mulheres OFW se encontravam na Ásia, distribuindo-se majoritariamente entre Arábia Saudita (22,7% do total), Emirados Árabes Unidos (16,4%), Hong Kong (12,5%), Kuwait (9,5%), Singapura (5%) (PSA, 2020). Apenas 3,6% do total se encontrava na Europa e 4,2% nas Américas (América do Norte e América do Sul).

Inclusive, as regiões do mundo que mais concentram trabalhadoras domésticas imigrantes (em números absolutos) são: Sudeste asiático e países banhados pelo Oceano Pacífico (2,03 milhões); norte, sul e oeste da Europa (1,87 milhão), Estados árabes (1,6 milhão); leste asiático (990 mil) (OIT, 2015)<sup>9</sup>. Em outras palavras, as migrações Sul-Sul possuem um papel importante no mercado global de cuidados e há uma diversidade de deslocamentos que não têm no Norte uma destinação migratória final (BORGEAUD-GARCIANDÍA e GEORGES, 2014). Dessa maneira, nosso estudo vem enfatizar a heterogeneidade de migrações, agentes e realidades no Sul global, juntando-se a Borgeaud-Garciandía, Guimarães e Hirata (2020), Avril e Cartier (2019), Baeninger *et al.* (2018).

Segundo Parreñas (2015 [2001]), a migração de mulheres filipinas –seja regional, Sul-Sul ou Sul-Norte- e seu emprego como trabalhadora doméstica nas localidades de destino constituem uma divisão internacional de trabalho reprodutivo, ou uma transferência internacional de cuidados: uma cadeia com

três elos, por onde se transfere o trabalho reprodutivo entre mulheres de países de origem e de destino da migração. Assim, três grupos de mulheres se conectam através da migração de filipinas: mulheres no local de destino, com privilégios de raça e classe, que delegam parte das responsabilidades de cuidados às migrantes que, por sua vez, também transferem uma parcela das demandas de cuidados de suas famílias a um terceiro grupo de mulheres – aquelas que permanecem no país de origem e se encarregam de tais tarefas (e que em geral, são pobres demais para migrar).

Em meio a um desenvolvimento econômico desigual entre nações, a migração de um grupo de mulheres filipinas está imersa no processo capitalista global. Ao mesmo tempo, desigualdades de gênero e hierarquizações entre mulheres também se mostram um fator central nessa migração: o processo envolve a negociação de falta de oportunidades para mulheres nas Filipinas, ao passo em que alivia também constrangimentos de gênero impostos às mulheres em locais de destino, e acaba por, finalmente, transferir encargos familiares das migrantes às mulheres que permanecem nas Filipinas (PARREÑAS, 2015, p. 41).

Ao liberar homens e mulheres do trabalho de cuidados, migrantes filipinas tornam seus empregadores mais disponíveis para o mercado capitalista e para a exploração do trabalho considerado produtivo. Consequentemente, essa classe privilegiada se mantém contando com mais recursos materiais e emocionais. No entanto, essa doméstica recebe um salário significativamente mais baixo que seus empregadores e não pode prover os mesmos recursos para sua família. Por essa razão, sua família permanece nas Filipinas, recebendo cuidados de uma terceira mulher, que recebe uma remuneração ainda pior ou muitas vezes nem é paga (PARREÑAS, 2015).

Dessa forma, a divisão internacional do trabalho reprodutivo tanto estimula desenvolvimento econômico nos países de destino, como também retém desigualdades da economia de mercado global: os baixos salários das domésticas migrantes aumentam as atividades produtivas nas nações que as recebem, mas o crescimento econômico na economia filipina é limitado e dependente de moeda estrangeira, abastecida por meio dos baixos salários, da desigualdade de classe existente nas Filipinas e da manutenção do trabalho de cuidados às mulheres (PARREÑAS, 2015).

### 3 TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO: RACIALIZAÇÃO E ALTERIZAÇÃO

A imigração de filipinas no Brasil não é expressiva numericamente, mas sim qualitativamente. Sua inserção no trabalho doméstico remunerado conecta o Brasil numa série de relações enquanto consumidor dessa força de trabalho, e não apenas provedor. Isso nos permite compreender um pouco mais de como a globalização, enquanto processo político-econômico macroestrutural, não

se separa de relações de classe, raça e gênero. Além disso, a participação de mulheres imigrantes num trabalho historicamente racializado atualiza práticas e discursos ligados à atividade e às identidades dos grupos sociais envolvidos.

A divisão social do trabalho é um tema clássico na sociologia, pois cada sociedade, em seu contexto e momento histórico, organizará as formas como a vida será sustentada. Como são inúmeras as atividades que compõem o trabalho, existem grupos que, por questões físicas e/ou sociais, não podem e/ou não desejam assumir mais funções ligadas à satisfação de suas necessidades. Nesse contexto é que se insere o trabalho doméstico remunerado, ou seja, a contratação de certas mulheres para se fazer um trabalho desvalorizado e rejeitado por mulheres de grupos privilegiados, e que fora primeiramente (e continua sendo) rejeitado por homens.

Contudo, não são todas as mulheres que se destinarão ao trabalho doméstico remunerado. Apesar das atividades de cuidados perpassarem as experiências das mulheres em todos os decis de renda (JESUS, WAJNMAN e TURRA, 2018), a forma como cada grupo devotará mais ou menos tempo aos cuidados, se o realizará para sua própria família ou para a de outrem, denota a imbricação de outras desigualdades e a divisão entre as próprias mulheres na relação com os cuidados e com o sustento da vida. Mulheres nos decis mais altos de renda contam com aparelhos e tecnologias que diminuem o tempo despendido, por exemplo, em atividades materiais de cuidados, além da própria possibilidade de delegação (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Estima-se que, no Brasil, haja cerca de 6,4 milhões de trabalhadoras domésticas remuneradas<sup>10</sup>, incluindo-se no grupo: mensalistas com carteira assinada, mensalistas sem carteira assinada e diaristas. A partir dos dados da PNAD-C, Pinheiro *et al.* (2019) calculam que a ocupação é composta por 63% de mulheres negras. A ocupação é o destino de 18% da força de trabalho das mulheres negras, comparativamente a 10% das mulheres brancas (PINHEIRO *et al.*, 2019, p. 11).

Na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), a proporção de mulheres negras no trabalho doméstico remunerado também é superior à taxa de participação de pessoas negras na População Economicamente Ativa (PEA) (DIEESE, 2019). Além disso, na região, praticamente não há mais trabalhadoras domésticas que dormem no mesmo local do emprego. Em 1992, essa era uma realidade para 22,5% das trabalhadoras. Em 2018, esse número chegou a menos de 1% (DIEESE, 2019).

A dimensão racial é essencial para a compreensão do mercado de cuidados, especificamente para o trabalho doméstico remunerado no Brasil (e na RMSP). Há uma sobrerrepresentação de mulheres negras na atividade, a chamada “divisão racial do trabalho reprodutivo” (GLENN, 1992). Historicamente, mulheres brancas e com privilégios de classe têm se afastado do trabalho de cuidados ao adquirir serviços baratos de mulheres *racializadas*, mantendo uma divisão racial desse trabalho e estabelecendo uma hierarquia entre mulheres.

A racialização é a atribuição de uma raça a determinados indivíduos, transformando-os num grupo racial subalterno (GUIMARÃES, 2016). Essa classificação é feita de maneira tanto individual quanto coletiva. Em termos coletivos, a racialização opera por meio de instituições e de um sistema classificatório que se cristaliza em saberes e ideologias. Da perspectiva individual, a racialização é feita “pela percepção social, pelo aparato simbólico, vividos como espontâneos”, conforme o sistema de disposições, valores e atitudes do indivíduo e sua classe (GUIMARÃES, 2016, p. 164). Quem tem o poder de classificar ao outro, classifica e racializa também a si mesmo – já que essa é uma relação dialética –, ao mesmo tempo em que arroga para si mesmo o espaço da norma, da universalidade.

É comum que empregadores contratem trabalhadores com base em noções racializadas pré-concebidas e estereotipadas sobre determinados grupos. Essa racialização não vem acompanhada necessariamente de um vocabulário que remete à raça, mas pode vir na forma de atributos conferidos aos grupos quanto à sua adequação para determinado trabalho - como qualificação, língua, experiência de trabalho –, e a consequentes práticas de discriminação (GUEVARRA, 2014).

Ao estudar a demanda por trabalhadoras domésticas imigrantes no Reino Unido, Anderson (2007) constatou que agências de recrutamento e empregadores muitas vezes usavam o termo “nacionalidade” como uma maneira disfarçada de se referir a “raça”. Inclusive, a maioria dos empregadores expressava suas preferências em termos de “características nacionais”, querendo com isso aludir a características pessoais que empregadores atribuíam a determinadas nacionalidades.

Nesse sentido, a depender do contexto nacional (TELLES, 2004; GUIMARÃES, 2016), alguns grupos de mulheres são entendidos (ou classificados) como sendo mais afins ao trabalho doméstico do que outros grupos. A racialização de umas, aliado à sua inserção no trabalho doméstico remunerado, não deixa de ser uma forma de distinção racial e manutenção de determinada divisão social do trabalho. Segundo Younes e Molinier (2016), uma constante do trabalho doméstico remunerado é a vivência de *alterização* intensa, característica do “trabalho sujo”, assim como das fronteiras de classe e raça que isso pressupõe: práticas e discursos que constroem alguns sujeitos como neutros, outros como inferiores, delimitando uma linha de separação – política e subjetiva - entre os grupos.

Brites (2007) considera que o trabalho doméstico pode proporcionar uma série de afetos e intimidades, especialmente no caso de haver o cuidado de crianças. Isso, contudo, não apaga as desigualdades entre os grupos, e todos os envolvidos na relação reconhecem as “fronteiras intransponíveis” que os separam (BRITES, 2007, p. 107), isto é, sabem as regras de comportamento, movimento e de status pelas quais devem se guiar. Num ambiente de privacidade e intimidade, relações profundamente desiguais se desenvolvem.

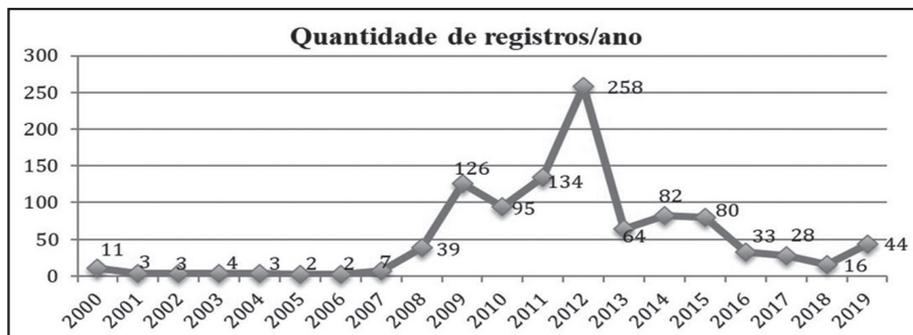
Lan (2003) argumenta que o emprego da força de trabalho de mulheres filipinas por empregadores taiwaneses era uma forma de status e distinção em termos de capital cultural. Assim, e esse é um traço especialmente interessante em termos analíticos, o elemento da *alterização* e *racialização* dessas mulheres não vinha necessariamente acompanhado de um rebaixamento do valor pago pelo serviço prestado. Ao contrário, o elevado status social das famílias empregadoras era reforçado pela contratação de uma mulher compreendida como “mais cara” e mais adequada para o trabalho devido à sua origem e elementos raciais.

O trabalho doméstico é essencial para a sustentabilidade da vida, ao passo em que também é um símbolo de status, distinção e consumo (ANDERSON, 2000). A ação individual está inscrita num contexto relacional complexo e é importante não fetichizar a mercadoria disponibilizada pelas trabalhadoras domésticas: sua própria força de trabalho. Contudo, isso não quer dizer que não há lugar para negociações nas interações cotidianas ou que a migração não possa oferecer uma expansão de possibilidades às migrantes (LUTZ, 2018). Num contexto global, mulheres se movem e assumem atividades de sustento da vida, conjugando a economia global, a macro-política econômica e suas próprias trajetórias no micro espaço da casa.

#### 4 ARTICULANDO TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E MUNDO SOCIAL

A imigração laboral de filipinos ao Brasil tem sido comum no caso de ocupações ligadas à navegação marítima: na base de dados SINCRE/Sismigra, da Polícia Federal, encontram-se registrados 27.403 homens filipinos, sendo que 90% destes se ocupa nas atividades de navegação. Por outro lado, há apenas 2.174 mulheres filipinas registradas na mesma base de dados<sup>11</sup>. Destas, 1.040 estão registradas como residentes no município de São Paulo. Entre os anos de 2000 e 2019, tivemos as seguintes quantidades de registros de filipinas com residência em São Paulo:

**Gráfico 1** – Quantidade de registros de mulheres de nacionalidade filipina no município de São Paulo, por ano (SINCRE/Sismigra, 2000 a 2019)



Fonte dos dados: SINCRE/Sismigra (2000-2019) *apud* Observatório das Migrações no Estado de São Paulo (Banco interativo).

Apesar dos baixos números apresentados, vemos um aumento na quantidade de registros entre 2009 e 2015, com um pico no ano de 2012. Ademais, entre 2010 e 2019, houve um saldo migratório de 2.200 mulheres filipinas em todo o país, de acordo com os dados da base STI, da Polícia Federal, apresentados por Tonhati e Macêdo (2020, p. 115)<sup>12</sup>. A ocupação destas imigrantes não se resume ao trabalho doméstico remunerado, mas estes achados se coadunam com o aumento das migrações Sul-Sul para o Brasil na última década (CAVALCANTI, OLIVEIRA e MACÊDO, 2020), num contexto em que o país aparece como um destino migratório possível, não necessariamente desejável (BAENINGER *et al.* 2021).

A chegada de mulheres filipinas e sua inserção no trabalho doméstico remunerado atraiu atenção midiática já no ano de 2015, conforme demonstram as reportagens nos jornais Folha de São Paulo e Veja São Paulo: no primeiro veículo, Campos-Mello (2015) entrevistou empregadoras que se queixavam: “no Brasil, babá é só babá, cozinheira só cozinha e empregada só limpa, e não aceitam dormir no local de trabalho”. Em contraponto à postura das trabalhadoras autóctones, a empregadora dizia: “[a trabalhadora filipina] está sempre bem humorada e eu preciso até pedir para ela parar de trabalhar; o povo filipino gosta de servir” (CAMPOS-MELLO, 2015).

Já na reportagem de Quintella (2015) para o segundo veículo de comunicação, o jornalista traz a informação de que entre 2013 e 2015, cerca de 100 mulheres de nacionalidade filipina chegaram ao Brasil por meio de uma agência brasileira de intermediação para trabalhar em casas de alto padrão na capital paulista. Segundo Quintella (2015), “Em busca de profissionais especializadas e com domínio do inglês, patrões de bairros nobres apostam nas contratações [de trabalhadoras domésticas filipinas]”.

O tema da imigração de filipinas e o trabalho doméstico em São Paulo voltou a ser noticiado em 2017, quando o Ministério Público do Trabalho (MPT) denunciou publicamente que 3 domésticas filipinas haviam trabalhado em situação análoga à escravidão em São Paulo (LOCATELLI, 2017) e iniciou um processo trabalhista contra a agência de empregos que havia intermediado os contratos. Locatelli (2017) informa que a auditoria do MPT fiscalizaria 130 empregadores na RMSP, responsáveis pelos vínculos trabalhistas de 180 imigrantes – sendo a maioria deles filipinos. Até o momento, a empresa de intermediação foi condenada em duas instâncias da Justiça Trabalhista brasileira (TRT, 2019) e aguarda julgamento de recurso pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST)<sup>13</sup>.

Evidentemente, as experiências de mulheres imigrantes no serviço doméstico não se resumem a casos como estes. No entanto, cabe considerar o contexto no qual se iniciaram e desenvolveram as nossas relações. Em outubro de 2017, após a primeira denúncia pública de trabalho escravo, algumas imigrantes fundaram a Comunidade Filipina de São Paulo, reunindo-se mensalmente na Igreja Nossa Senhora da Paz, no bairro da Liberdade em São Paulo, para missa religiosa em inglês, seguida de um almoço e confraternização.

Eu passei a frequentar estas reuniões em abril de 2018 e realizei entrevistas com 6 interlocutoras em janeiro de 2019. Mesmo após 10 meses de observação não-participante, e de alguns convites para a participação na pesquisa, apenas estas 6 mulheres se dispuseram a ser entrevistadas formalmente. Num contexto em que empregadores, agência de intermediação e autoridades do próprio país não ofereciam proteção, mas inclusive violência, havia medo e desconfiança quanto ao propósito da pesquisa, quanto aos interesses de quem eu (enquanto pesquisadora) representava, e quanto à segurança de suas identidades e seus trabalhos.

As reuniões da comunidade filipina variavam entre 40 e 60 pessoas presentes, sendo a maioria delas mulheres que trabalhavam como domésticas em São Paulo. Mesmo me apresentando como pesquisadora e sendo mais jovem do que elas, todas se dirigiam a mim sob o título de “ma’am” (senhora/madame, em inglês). Eu insistia na utilização do meu próprio nome, mas não obtive sucesso. Sendo eu uma mulher branca, escolarizada, fluente na língua inglesa, provavelmente minhas identidades de classe e raça falavam mais alto, e eu as lembrava de suas próprias empregadoras. Assim, elas logo assumiam a deferência esperada a alguém a quem se deve respeito, mobilizando uma identidade bastante ligada à sua ética de trabalho.

Dessa forma, marcadores sociais de diferenças se encontravam registrados em nossos corpos e foi desse ponto de partida que nossa relação se desenvolveu. As conversas entre nós eram sempre em inglês, bem como as entrevistas para a pesquisa (que posteriormente foram transcritas e traduzidas por mim). Cabe também ressaltar que os convites para as entrevistas foram feitos durante as reuniões, de maneira pública e também individual, mas o momento e o local da entrevista foram escolhidos pelas interlocutoras. Eu fiz ao menos 1 encontro presencial com cada uma, por vezes um segundo encontro ou prosseguindo a conversa virtualmente (e-mail e mensagens de WhatsApp). Inclusive, os encontros presenciais se deram com as interlocutoras sempre acompanhadas de alguma amiga ou outra interlocutora.

**Tabela 1** – Dados sobre as interlocutoras (nome,<sup>14</sup> idade,<sup>15</sup> estado civil, número de filhos, ano em que chegou ao Brasil)

Nome	Idade	Estado civil	Nº de filhos	Ano que chegou no Brasil	Escolaridade
Kathy	49	Casada	2	2018	Sup. Completo
Carol	30	Solteira	0	2016	Sup. Completo
Alba	41	Separada	3	2016	Sup. Completo
Lidia	38	Solteira	2	2016	Sup. Completo
Anna	40	Separada	2	2015	Sup. Incompleto
Rachel	42	Casada	2	2016	Ens. Médio Completo

Fonte: Pesquisa de campo

Como a pesquisa possui caráter qualitativo, não nos preocupamos com representações estatísticas, nem pretendemos realizar generalizações a partir dos dados. Nosso objetivo era abordar suas experiências, memórias e representações sociais, reconstituindo suas trajetórias de vida, a partir de sua narrativa, e identificando efeitos macrosociais em suas vidas (LIMA, 2016). As entrevistas foram semiestruturadas e o roteiro incluía questões objetivas (como os dados apresentados na Tabela 1) e questões mais subjetivas (como suas percepções acerca da migração, do trabalho que desenvolvem, de sua identidade). A seguir, passamos a apresentar algumas das falas das interlocutoras, agrupadas a partir de temas abordados.

Nenhuma das interlocutoras havia trabalhado como doméstica em seu país de origem. Contudo, antes de sair das Filipinas, passaram por programas de certificação de sua competência para o trabalho doméstico. Esta é uma exigência do próprio governo filipino. As agências de intermediação são procuradas pelas potenciais migrantes, a fim de terem a sua documentação processada, e a fim de que as agências encontrem postos de trabalho na destinação escolhida. As taxas cobradas pelas agências (e pelo governo filipino para a regularização migratória) variam de acordo com o país de destino e com a ocupação buscada.

**Anna:** Pra trabalhar como doméstica [no exterior], consigo trabalho [intermediado pela agência] e autorização [do governo filipino] em 1 mês. [...] Por exemplo, eu me candidato pra ser doméstica em Singapura e eles acham uma família lá. Há muitas agências em Singapura. Se você quiser trabalhar no Canadá, na Austrália, na Europa, nos Estados Unidos, precisa fazer o teste de inglês IELTS. Daí já é mais trabalhoso, demora mais e é mais caro. É muito mais fácil ir como doméstica pra países asiáticos. [...] É muito mais fácil e rápido pras mulheres saírem hoje. Eles [o governo filipino e as agências] não aceitam que homens se candidatem pra ser domestic helper, então os trabalhos a que eles têm acesso são mais difíceis de conseguir. Além disso, as taxas cobradas pelas agências de um candidato homem são mais altas que as taxas cobradas das mulheres. Por questões práticas, a migração de mulheres vale mais a pena.

Com exceção de Carol, cuja primeira experiência migratória se deu no Brasil, todas as outras já haviam empreendido outros projetos migratórios anteriormente. Kathy possui uma trajetória laboral diversificada e uma vasta experiência migratória, tendo já trabalhado como doméstica, massagista, caixa de supermercado, atendente de *call center*, em locais como Qatar, Singapura, Malásia, Coreia do Sul e China antes de vir para o Brasil. Alba alternou períodos como trabalhadora doméstica e como cuidadora em Hong Kong, Índia, China,

Emirados Árabes Unidos. Lidia já atuou como professora de computação e secretária na Malásia; Anna, como trabalhadora doméstica em Singapura; e Rachel, como doméstica em Singapura também. Além disso, elas alternavam entre períodos trabalhando em países estrangeiros e períodos trabalhando nas Filipinas, ou retornando para o país de origem em suas férias.

Os destinos de suas experiências migratórias prévias são todos no Sul global, demonstrando a importância das migrações Sul-Sul e seu alinhamento com os destinos majoritários de mulheres OFW (Overseas Filipino Workers) no exterior. Outra questão importante é a modalidade de migração na qual elas migram sozinhas – sem serem acompanhantes nem serem acompanhadas pela família. Seus filhos permanecem nas Filipinas, sendo cuidados mais diretamente por pais e/ou avós, e tendo seus estudos custeados pelas mães que emigraram (mas que eventualmente retornam ao país de origem).

**Alba:** Minha principal motivação [para trabalhar fora do país de origem] são meus 3 filhos. Atualmente, 2 deles estão fazendo universidade privada nas Filipinas. [...] Eles pensam em migrar, mas quero que eles vão para os Estados Unidos ou Canadá.

**Anna:** O sacrifício que eu faço de deixar meus filhos nas Filipinas e não estar ao lado deles, vendo-os crescer, é muito duro, mas é pra eles mesmos. Sei que um dia, quando eles se formarem na universidade, eles vão entender e vai ter valido a pena.

**Rachel:** Como eu sou formada apenas no ensino médio, não fui pra universidade, só posso trabalhar como doméstica. Mas não tenho planos de sair do Brasil por agora. De qualquer forma, tenho que trabalhar por pelo menos mais 9 anos, que é quando meu filho mais novo terminará a faculdade.

Outros pontos uníssonos nas falas foram a regularidade migratória das interlocutoras e a naturalidade com que lidavam com a migração internacional, como se fosse uma resposta inata aos processos globais, e não uma construção social. Estas questões dizem respeito diretamente à atuação do governo filipino, no sentido de promover a migração laboral como uma alternativa de emprego aos filipinos no exterior, e à atuação de agências de intermediação:

**Kathy:** No meu país, 80% das pessoas são escolarizadas com grau universitário. Isso significa que temos muitos graduados, mas não temos trabalho o suficiente. Então mesmo que o trabalho doméstico não esteja muito no nosso nível, desculpe por dizer isso, não degradando

outras pessoas, mas é a verdade. Até as professoras, com formação universitária de 4 anos, estão em Hong Kong ou Singapura, esfregando o chão. E isso tudo porque não somos bem compensados no nosso país.

**Carol:** 75% dos meus amigos estão fora das Filipinas. Eles são enfermeiros e engenheiros, mas estão limpando casas ou trabalhando em fábricas. [...] A gente não vai pra faculdade só porque gosta de alguma área. Vamos pra faculdade pra ter um diploma e poder sair do país num determinado nível.

**Lidia:** Migração é uma das formas de ter ganhos altos e é a forma como nós melhoramos nossa vida e da família, através do dinheiro que enviamos de volta pra casa. Inclusive, nós não chamamos isso de migração, é só que o nosso país não é suficiente para oferecer tantos trabalhos, e até formados em universidades e profissionais são preparados para trabalhar fora do país por uma renda alta que eles não teriam em sua própria profissão... No fim, nós ainda queremos ir para nosso lar, porque não há lugar que se compare ao lar.

[...] Todo mundo tem esse desejo inato de mudar do próprio país para outro se não consegue encontrar uma boa vida no seu país. Como disse, é uma opção e uma oportunidade trabalhar fora, e talvez até migrar.

**Anna:** Se você conferir as estatísticas, vai ver que em quase todos os países do mundo há um trabalhador filipino lá. Nosso país é bem pequeno, a escola é boa, mas a economia não vai bem. Há trabalho lá, mas o salário é baixo, simplesmente não é suficiente. Então a maioria das pessoas migra ou trabalha fora para sustentar a família nas Filipinas. Depois de se formar na universidade, todo mundo sai do país para trabalhar.

Nas falas de Lidia e de Anna, vemos uma diferenciação entre migrar e trabalhar fora do país de origem. Isso é algo visto, inclusive, nos documentos oficiais do governo filipino, que denomina os trabalhadores no exterior de *Overseas Filipino Workers* (OFW) e de emigrantes, aqueles que passam a residir permanentemente em outro país. Chama também atenção o fato de que as interlocutoras mencionaram a alta escolaridade dos imigrantes filipinos, muitos dos quais já saem com formação universitária do país, segundo elas. Independentemente da comprovação estatística, nossas interlocutoras percebem que a alta escolaridade dos filipinos não condiz com as ocupações que

passam a exercer nos destinos migratórios. Kathy chega a dizer que o trabalho doméstico não está ao nível das mulheres filipinas. Outras interlocutoras também expressaram insatisfação para com a atividade:

**Alba:** Nas Filipinas, nós aprendemos a trabalhar duro. Mas não aprendemos a ser chefes e ter pessoas trabalhando para nós. Eu olho para minha empregadora [no Brasil]: ela nem terminou a universidade, mas tem um negócio e tem alguém limpando a casa pra ela. Eu fiz curso universitário e estou limpando o chão para outra pessoa. Tenho me perguntado sobre isso, sobre a cultura filipina que nos ensina a trabalhar duro, mas sempre para os outros. Qual a estratégia dessas pessoas no Brasil, ou em outros lugares que trabalhei, pra que elas sejam chefes de outras pessoas?

**Anna:** Faço tudo isso pelo futuro deles [filhos], porque a universidade nas Filipinas é muito cara, e quero que eles tenham um diploma e um bom trabalho, diferente do que eu tenho hoje.

Além de expressar seu descontentamento em relação à sua atual ocupação profissional, Alba também menciona a “cultura filipina que ensina a trabalhar duro”. O “trabalho duro”, a eficiência, são pilares de propaganda do programa filipino de exportação de força de trabalho, levado a cabo pelo governo filipino e pelas agências de intermediação, em seu projeto de racialização de trabalhadoras/es. Este discurso esteve presente em outras falas também, de maneira mais ou menos reflexiva. De toda forma, esta racialização não deixa de ser um tipo de vantagem comparativa para mulheres filipinas no mercado de cuidados, que também mobilizam o discurso como um tipo de recurso para suas ações e projetos:

**Kathy:** Eu sabia que poderia fazer mais [que trabalho doméstico]. Havia compartilhado com eles [empregadores] os meus conhecimentos, meus serviços, e havia provado a eles que os filipinos são eficientes em qualquer tipo de trabalho. Isso era importante para mim. Tenho orgulho de ser filipina.

**Carol:** Para todos, ser uma empregada filipina significa ser a pessoa que mais trabalha duro [hard working] em todo o mundo, porque nós nunca paramos de trabalhar enquanto o trabalho não está terminado. Se há roupas para passar, nós ficaremos acordadas até meia noite, mesmo que tenhamos que acordar às 5h no dia seguinte. Temos isso na nossa cultura: por que deixar para amanhã o que pode ser feito agora? Vejo que as diaristas no Brasil

saem do trabalho quando acabam suas horas de trabalho, mesmo que o trabalho não esteja terminado. Eu não poderia fazer isso: me incomodaria muito ir dormir se eu deixei algo inacabado.

**Alba:** Consegui meu novo trabalho porque eles [empregadores] já tinham ouvido falar da fama das domésticas filipinas, sabiam do nosso trabalho que é muito bom.

**Anna:** Não recorri à agência [ao sair do primeiro emprego no Brasil], porque a agência tenta te vender e você ainda tem que pagar por isso. Eles fazem propaganda das filipinas, comparando-as com as brasileiras. Eles dizem: “você sabia que se contratar uma filipina, ela vai fazer todo tipo de trabalho? Se você contratar uma brasileira, ela só vai cozinhar, ou só limpar. Mas uma filipina é um pacote completo”. Então é claro que os empregadores gostam disso: quem quer contratar 3 ou 4 pessoas, se pode contratar só uma que seja suficiente? Lembra do meu empregador que tinha 6 empregadas brasileiras e no final contratou 3 filipinas pra fazer o mesmo trabalho? Eles economizam e ganham dinheiro com a gente.

As condições de trabalho das interlocutoras em São Paulo foram variadas, muito embora todos os empregos tenham apresentado situações de ilegalidade e a característica de serem *stay-in-jobs* (as interlocutoras moravam no mesmo local de trabalho). Carol iniciou o trabalho doméstico em Brasília, pois sua mãe já se encontrava trabalhando lá. Quando nos conhecemos, ela havia se mudado recentemente para São Paulo e iniciaria um novo emprego como babá, por indicação de Alba. Ela seria responsável pelo cuidado de 2 crianças e também deveria ensinar inglês para elas. Da mesma maneira, Kathy, Anna e Rachel foram contratadas para ensinar inglês às crianças das casas onde trabalhavam. Assim, vemos a mobilização do mote “dois-pelo-preço-de-um”, de que fala Guevarra (2014).

Kathy, Alba, Lidia, Anna e Rachel, trabalhando em São Paulo, eram responsáveis pelos cuidados com a casa (limpeza), cozinha (preparo de refeições), roupas (lavar e passar), crianças, e até animais domésticos. As remunerações variaram entre 2 e 3 salários mínimos. Todas relataram jornadas de trabalho extensas, ausência de pagamento por horas extras e, algumas (Alba e Lidia) foram vítimas de trabalho escravo:

**Kathy:** eu acordava às 5h30 [da manhã] pra preparar o café da manhã e parava de trabalhar às 23h. [...] Eles nunca me registraram, nem pagaram horas extras.

**Alba:** Quando cheguei no Brasil, fui para a casa da minha primeira família [empregadora]. Eles disseram que eu teria 2 dias de descanso depois da viagem. Mas no dia seguinte, já me acordaram cedo pra começar meu treinamento. Por 5 dias, eu fui treinada, e depois não quiseram me pagar por isso. Nos meses seguintes, eu trabalhava 16 horas por dia. Sem contar os insultos e abusos psicológicos da minha patroa. Ela me trancava no apartamento e racionava a minha comida. Eu tinha algumas bananas, um pão de forma e 6 ovos pra comer por semana. Então, eu pegava a carne que eu tinha que fazer pro cachorro. [...] Eu tinha algumas horas de folga nos sábados.

**Lidia:** Quando cheguei no Brasil, o agente [da agência intermediadora] me pegou no aeroporto e me levou pro meu primeiro trabalho. Eles tinham me prometido [em contrato escrito de trabalho] que eu teria 2 dias de descanso depois da viagem, que seriam 44 horas semanais de trabalho, que pagam 50% a mais por horas extras e que dão 2 dias de descanso por semana. Mas eu comecei a trabalhar 16 horas por dia logo no primeiro dia e só tive folga 7 meses depois. Nesse dia, eu fugi.

**Anna:** A gente começava nosso trabalho às 7h da manhã: preparava o café da manhã da família, arrumava as [três] crianças para a escola. Eu trabalhava até umas 13h e fazia um intervalo de descanso de 2h. Por volta das 15h, retomava o trabalho e ia até às 19h. A gente gostava desse esquema, era melhor do que em Singapura. Lá, seus patrões podiam te acordar a qualquer hora pra fazer algo para eles. Mas isso foi só no começo [do trabalho no Brasil]. Ao longo dos meses, as horas de trabalho foram ficando mais longas: não respeitavam mais nosso horário de descanso, a gente passou a trabalhar por 10 horas diárias, depois 12 horas, chegando a 14 horas.

[...] Eu não sabia que [no Brasil] se você trabalha aos finais de semana, precisa receber mais por isso. Eu era nova aqui e não sabia das coisas. A empregadora me fez abrir mão de 1 dia de descanso e ainda do meu descanso no final de semana. Tudo isso por 50 dólares a mais [ao mês].

**Rachel** [trabalhava com Anna, nas mesmas condições, e hoje está num novo emprego]: Gosto do meu novo trabalho, porque trabalho só 8 horas por dia. Lá eu faço de tudo, sou multi-tarefa [multitasking]. Começo a trabalhar às 7h da manhã e termino umas 17, 18 horas. Daí vou para o meu quarto e posso descansar lá, fazer o que eu quiser. Gosto muito.

Mesmo não trabalhando “apenas” 8 horas por dia, Rachel prefere as atuais condições de trabalho, do que as enfrentadas anteriormente. Ela continua inserida no trabalho doméstico, assim como Carol, Alba e Lidia (mesmo após as denúncias de trabalho escravo). De acordo com elas, a remuneração é maior do que em outras atividades. Kathy passou a atuar como massagista num Spa e Anna, como vendedora de roupas numa loja de departamento.

A interlocutora Carol é a única sem filhos e também a única que não planeja retornar para as Filipinas no futuro. Ela deseja abrir um *petshop* no Brasil. Ainda assim, ela envia remessas à família nas Filipinas e se sente parte da galeria de heróis e heroínas nacionais, que deixam sua terra, a fim de melhorar as condições da família e do próprio país (cf. RODRÍGUEZ, 2008):

**Carol:** Com o dinheiro que eu mando, eles [familiares] podem usar para lazer, ir a restaurantes mais caros umas 2 vezes por mês, comprar carne, já é uma ajuda. [...] Atualmente, 50% da economia do país depende do dinheiro que os migrantes enviam. Por isso nos chamam de heróis modernos [modern heroes]. Sem isso, seríamos o país mais pobre do mundo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos compreender alguns fatores que condicionam a migração de mulheres de nacionalidade filipina para atuar como trabalhadoras domésticas em São Paulo. Primeiramente, nos debruçamos sobre o contexto filipino de emigração e o programa de exportação de força de trabalho. Atores institucionais promovem o trabalho no exterior como uma alternativa não só desejável, mas uma resposta inata às dificuldades econômicas e desigualdades de gênero no país. Além disso, promovem também o discurso racializado das vantagens comparativas da contratação de filipinas para o trabalho de cuidados.

Assim, estas mulheres se voltam para a migração internacional, negociando suas escolhas e projetos, em meio a estruturas globais e sua própria capacidade de agência. Os destinos migratórios mais comuns são no Sul global e sua presença ali estimula a economia, sustenta a vida e alivia constrangimentos de gênero impostos a (certas) mulheres, ao passo em que também reforça uma divisão racial ligada ao trabalho doméstico. O “trabalho sujo” referente às necessidades de sustentabilidade da própria vida ficam a cargo de alguma mulher mais adequada ao serviço.

Por outro lado, esta pretensa maior adequação das mulheres filipinas para com o trabalho doméstico também é mobilizada por elas como um recurso no mercado disputado, inclusive, com as brasileiras. Num outro país do Sul global, com suas próprias desigualdades históricas, estas imigrantes buscam honrar a fama dos filipinos, efetuar da maneira mais eficiente possível um trabalho que nunca realizaram de maneira remunerada em seu contexto de origem.

Em São Paulo, elas têm enfrentado condições de trabalho complexas, que vão desde jornadas extensas, ausência de formalização, de pagamento de horas extras, até ausência de descanso e liberdade. O fato de possuírem uma alta escolaridade e a fluência em inglês não as exime de más condições, sendo inclusive usado como elemento de status e distinção pelos empregadores. Justamente num momento em que a categoria das trabalhadoras domésticas conquistou mais direitos e quase não há mais quem durma no local de trabalho, uma fração da classe média paulistana recorre a uma força de trabalho imigrante considerada dócil, flexível, a “Mercedes-Benz” das trabalhadoras domésticas, “dois-pelo-preço-de-um”.

De todo modo, estas mulheres possuem suas próprias subjetividades e trajetórias. As entrevistas foram muito ricas ao oferecer elementos que as interlocutoras consideraram significativos e que nos ajudam a compreender melhor esta modalidade migratória. Elas migram sozinhas em função de um contrato de trabalho no exterior previamente acordado, alternam entre períodos fora e no país de origem, principalmente em função dos filhos. A educação (universitária) destes era mencionada frequentemente, para o que se destinavam suas remessas. Elas mesmas possuem alta escolaridade e enxergam no trabalho doméstico uma forma de viabilizar seus projetos. Há quem entenda que merece o título de heroína, há quem se ressinta do trabalho doméstico, há quem deseje que os filhos empreendam projetos migratórios para o Norte global, há quem nem se considere imigrante.

## NOTAS

<sup>1</sup> O texto é baseado na pesquisa de mestrado em Sociologia, realizada entre os anos de 2017 e 2019, como parte do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp) e sob os auspícios do CNPq (RIBEIRO, 2019).

<sup>2</sup> Isso representa cerca de 10% da população do país.

<sup>3</sup> A estimativa se refere a filipinas/os que trabalham no exterior, com contrato de trabalho e visto processados pelo POEA, cuja partida ocorreu nos últimos cinco anos e que estavam trabalhando ou tinham trabalhado no estrangeiro entre Abril e Setembro do ano de referência.

<sup>4</sup> De acordo com a classificação proposta pelo órgão estatístico filipino (PSA), a região (Western Asia) inclui: Arábia Saudita, Bahrain, Emirados Árabes Unidos, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Qatar.

<sup>5</sup> De acordo com a classificação proposta pelo órgão estatístico filipino (PSA), a região (Eastern Asia) inclui: China, Coreia do Sul, Hong Kong, Japão, Taiwan.

<sup>6</sup> De acordo com a classificação proposta pelo órgão estatístico filipino (PSA), a região (Southeast and South Central Asia) inclui: Brunei, Malásia, Singapura.

<sup>7</sup> Landbased New Hires for Household Service Workers.

<sup>8</sup> Landbased New Hires.

<sup>9</sup> Conforme nos lembra Lutz (2018), a obtenção de dados confiáveis nesse setor é uma tarefa árdua e tais números podem ser até o dobro do que foi encontrado pela OIT.

<sup>10</sup> Em razão da proporção de mulheres nessa atividade ser de 92% (PINHEIRO et al., 2019), os termos serão flexionados no gênero feminino.

<sup>11</sup> A referida base de dados não oferece informação confiável quanto ao número de imigrantes ocupadas no trabalho doméstico remunerado.

<sup>12</sup> As autoras trataram os dados e excluíram as entradas/saídas por razão de turismo.

<sup>13</sup> Em 2020, outras reportagens trouxeram ainda mais casos relacionando mulheres filipinas e abusos no trabalho doméstico no Brasil. Conferir: Locatelli (2020) e Machado e Andrade (2020).

<sup>14</sup> Os nomes são fictícios, para proteger seu anonimato.

<sup>15</sup> Este dado se refere à data em que a entrevista ocorreu.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. A very private business - Exploring the demand for Migrant Domestic Workers. **European Journal of Women's Studies**, vol. 14, nº 3, p. 247-264, 2007.

\_\_\_\_\_. **Doing the dirty work?** The global politics of domestic labour. Londres: Zed Books, 2000.

BAENINGER, R. et al (Eds.). **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. Disponível em : <[https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes\\_sul\\_sul/migracoes\\_sul\\_sul.pdf](https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/migracoes_sul_sul/migracoes_sul_sul.pdf)>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

BAENINGER, R. et al. Cenário das migrações internacionais no Brasil: antes e depois do início da pandemia de Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 4, p. 1-35, 2021.

BSP (Bangko Sentral ng Pilipinas). **Overseas Filipino Remittances**. Government of the Philippines. Disponível em: <<https://www.bsp.gov.ph/SitePages/Statistics/External.aspx?TabId=8>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

BORGEAUD-GARCIANDIA, N. ; GEORGES, I. Travailleuse en migration dans “les Suds” : déplacements de regards, reconfigurations de l’objet ? **Revue Tiers Monde**, vol. 217, nº 1, p. 7-24, 2014. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2014-1-page-7.htm>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

BORGEAUD-GARCIANDÍA, N.; GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. Introduction: care aux Suds. Quand le travail de care interroge les inégalités sociales. **Revue internationale des études du développement**, vol. 242, nº 2, p. 7-34, 2020. Disponível em : <<https://www.cairn.info/revue-internationale-des-etudes-du-developpement-2020-2-page-7.htm?ref=doi>>. Acesso em : 30 de junho de 2021.

- BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº 29, p. 91-109, julho-dezembro de 2007.
- CAMPOS-MELLO, P. Empresa 'importa' babás e domésticas das Filipinas para o Brasil. Cotidiano. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 10 de maio de 2015. Cotidiano. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/05/1627108-empresa-importa-babas-e-domesticas-das-filipinas-para-o-brasil.shtml>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e refúgio no Brasil**. Relatório anual 2020. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra\\_RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf)>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- DEBONNEVILLE, J. Les écoles du care aux Philippines. Le devenir travailleuse domestique au prisme de l'altérité. **Revue Tiers Monde**, vol. 217, nº 1, p. 61-78, 2014. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-tiers-monde-2014-1-page-61.htm>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- DIEESE. **Trabalhadoras domésticas na região metropolitana de São Paulo em 2018**. Disponível em: <[https://www.seade.gov.br/produtos/midia/2019/04/press\\_domestica\\_abril\\_2019.pdf](https://www.seade.gov.br/produtos/midia/2019/04/press_domestica_abril_2019.pdf)>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- EHRENREICH, B.; HOSCHSCHILD, A. (Eds). **Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. Nova Iorque: Henry Holt, 2002.
- GLENN, E. From Servitude to Service Work: Historical Continuities in the Racial Division of Paid Reproductive Labor. **Journal of Women in Culture and Society**, vol. 18, nº 01, p. 1-43, 1992.
- GUEVARRA, A. Supermaids: The Racial Branding of Global Filipino Care Labour. In: ANDERSON, Bridget; SHUTES, Isabel (Eds). **Migration and care labour: Theory, policy and politics**. Basingstoke: Palgrave Macmillan. 2014. Cap. 7, pág. 130 a 150.
- \_\_\_\_\_. **Marketing dreams, manufacturing heroes: The transnational labor brokering of Filipino workers**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2010.
- GUIMARÃES, A. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo Social**, vol. 28, nº 02, 2016, p. 161-182.
- JESUS, J.; WAJNMAN, S.; TURRA, C. Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise da produção, consumo e transferência. Trabalho apresentado em: **XXI Encontro de Estudos Populacionais**, 2018, Poços de Caldas/MG. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/3030/2893>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- KERGOAT, D.; HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, vol. 37, nº 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- LAN, P. "They have more money but I speak better English" Transnational encounters between Filipina Domestic workers and Taiwanese Employers. **Identities: Global Studies in Culture and Power**, vol. 10, nº 02, 2003, p. 133-161.

- LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, 2016. Pág. 24-41.
- LOCATELLI, P. 'Você nem parece gente': empregadora é investigada por manter doméstica filipina trancada por 8 meses, sem folga e sob ameaças. São Paulo, 29/05/20. **ONG Repórter Brasil**. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/05/voce-nem-parece-gente-empregadora-e-investigada-por-manter-domestica-filipina-trancada-por-8-meses-sem-folga-e-sob-ameacas/>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- \_\_\_\_\_. Domésticas das Filipinas são escravizadas em São Paulo. São Paulo, 31/07/2017. **ONG Repórter Brasil**. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2017/07/domesticas-das-filipinas-sao-escravizadas-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- LUTZ, H. Care Migration: The Connectivity between Care Chains, Care Circulation and Transnational Social Inequality. **Current Sociology Monograph**, vol. 66, nº 4, p. 577-589, 2018.
- MACHADO, J. P.; ANDRADE, F. Vídeo: embaixadora das Filipinas no Brasil agride empregada doméstica dentro da residência diplomática. **G1**. Rio de Janeiro, 25/10/2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/10/25/video-embaixadora-das-filipinas-no-brasil-agride-empregada-domestica-dentro-da-residencia-diplomatica.ghtml>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- MAGALHÃES, L.; BÓGUS, L.; BAENINGER, R. Migrantes haitianos e bolivianos em São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. **REMHU**, v. 26, nº 52, p. 75-94, 2018.
- MAHMOOD, S. Feminist theory, Agency and the Liberatory Subject: Some Reflections on the Islamic Revival in Egypt. **The Finnish Society for the Study of Religion**, vol. 42, nº 1, p. 31-71, 2006.
- MOLINIER, P.; LEGARRETA, M. Subjetividad y materialidad del cuidado: ética, trabajo y proyecto político. **Papeles del CEIC**, vol. 1, Presentación, 2016.
- Observatório das Migrações em São Paulo. (2020). Banco de dados interativo. **SINCRESismigra**. Disponível em: <<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional/sincresismigra/>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- OIT. **ILO Global estimates of migrant workers and migrant domestic workers: results and methodology**. Geneva: International Labour Office, 2015.
- PARREÑAS, R. **Servants of globalization: migration and domestic work**. Stanford: Stanford University Press, 2015, 2ª edição.
- \_\_\_\_\_. **The force of domesticity: Filipina migrants and globalization**. Nova Iorque: New York University Press, 2008.

- PINHEIRO, L.; et al. **Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI**: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2528.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf)>. Acesso em 30 de junho de 2021.
- POEA (Philippine Overseas Employment Administration). **OFW Statistics**. Disponível em: <<https://www.poea.gov.ph/ofwstat/ofwstat.html>>. Acesso em 30 de junho de 2021.
- PSA (Philippine Statistics Authority). **2019 Survey on overseas filipinos**. Disponível em: <<https://psa.gov.ph/sites/default/files/2019%20Survey%20on%20Overseas%20Filipinos.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- QUINTELLA, S. Famílias investem em empregadas e babás filipinas. **Veja SP**. São Paulo, 29/12/2015. Cidades. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/babas-empregadas-filipinas/>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- RIBEIRO, E. Filipinas in São Paulo: South-South migrations and domestic service. **Revue International d'études du développement (RIED)**, Dossier "Southern Countries' Domestic Service" (nº 246), 2021, no prelo.
- \_\_\_\_\_. **Migração internacional de mulheres e o mercado global de cuidados: um estudo sobre filipinas em São Paulo**. Dissertação de Mestrado defendida junto ao PPGS/IFCH/Unicamp. Campinas: Unicamp, 2019.
- RIBEIRO, E.; BAENINGER, R. Migração internacional de mulheres e o mercado global de cuidados: um estudo sobre filipinas em São Paulo, Brasil. **Cidades, Comunidades e Territórios**, 40, p. 103 – 116, Jun/2020.
- RODRÍGUEZ, R. Domestic debates: constructions of gendered migration from the philippines. **The Scholar and Feminist Online**, issue 6.3, summer 2008. Disponível em: <[http://sfonline.barnard.edu/immigration/rrodriguez\\_01.htm](http://sfonline.barnard.edu/immigration/rrodriguez_01.htm)>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- TELLES, E. **Race in Another America**: the significance of skin color in Brazil. New Jersey/Oxfordshire: Princeton University Press, 2004.
- TONHATI, T.; MACEDO, M. Imigração de mulheres no Brasil: movimentações, registros e inserção no mercado de trabalho formal. In: CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. Imigração e refúgio no Brasil. **Relatório anual 2020**. Brasília, DF: OBMigra, 2020. Cap. 5, p. 111-141. Disponível em: <[https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra\\_RELAT%C3%93RIO\\_ANUAL\\_2020.pdf](https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf)>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- TRT (Tribunal Regional do Trabalho). **Processo nº 1001643-32.2017.5.02.0605**. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª região, Justiça do Trabalho, República Federativa do Brasil. Disponível em: <<https://pje.trt2.jus.br/consultaprocessual/detalhe-proceso/1001643-32.2017.5.02.0605/2>>. Acesso em: 30 de junho de 2021.
- TYNER, J. **The Philippines**: mobilities, identities, globalization. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009.

## RESUMO

Neste artigo, buscamos compreender o fenômeno da migração de mulheres filipinas que se inserem como trabalhadoras domésticas na cidade de São Paulo. Para tanto, realizamos uma revisão bibliográfica relativa ao contexto filipino de emigração, às migrações femininas, ao trabalho de cuidados. Além disso, fizemos trabalho de campo em local de reunião de algumas imigrantes em São Paulo, onde desempenhamos observação não-participante e obtivemos contatos para entrevistas semiestruturadas com 6 interlocutoras. Nosso objetivo era acessar seus projetos de vida, significados e representações sociais. Buscamos, assim, articular a globalização da força de trabalho feminina para provisão dos cuidados com as experiências e subjetividades de imigrantes filipinas em São Paulo. Num contexto global, mulheres se movem e assumem atividades de sustento da vida, conjugando a economia global, a macro-política econômica e suas próprias trajetórias no micro espaço da casa.

**Palavras-chave:** mulheres imigrantes; trabalho doméstico; trabalhadoras estrangeiras - Filipinas; São Paulo.

## ABSTRACT

In this article, we seek to understand the phenomenon of migration of Filipino women who work as domestic workers in the city of São Paulo. Therefore, we carried out a literature review on the Filipino context of emigration, female migrations and care work. In addition, we did fieldwork in a meeting place for some immigrants in São Paulo, where we performed non-participant observation and obtained contacts for semi-structured interviews with 6 interlocutors. Our objective was to access their lives' projects, meanings and social representations. Thus, we seek to articulate the globalization of the female workforce to provide care with the subjectivities and experiences of Filipino immigrants in São Paulo. In a global context, women move and take on life sustaining activities, combining the global economy, economic macro-politics and their own trajectories in the micro space of the home.

**Keywords:** immigrant women; domestic work; foreign workers – Philippines; São Paulo.